

REFLEXÕES SOBRE A INTERSECÇÃO DE JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL: UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE RACISMO AMBIENTAL URBANO

ALINE DE MESQUITA DUARTE¹; CRISTINE JAQUES RIBEIRO²

¹Universidade Católica de Pelotas – aline.duarte@sou.ucpel.edu.br

²Universidade Católica de Pelotas – cristine.ribeiro@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, conduzida por esta mestranda, cujo tema central é o racismo ambiental urbano e as desigualdades socioespaciais, raciais e ambientais nas cidades. A investigação busca compreender como o racismo ambiental, entendido como expressão da colonialidade, se manifesta diante das múltiplas dimensões da desigualdade urbana, com foco na gestão pública do espaço na cidade de Pelotas (RS) e nos impactos desiguais sobre populações historicamente marginalizadas.

No contexto brasileiro, o racismo ambiental tem ganhado relevância nos debates sobre desigualdade urbana, especialmente frente ao aumento de eventos climáticos extremos, que afetam de forma desproporcional minorias étnicas e raciais. Pesquisadoras como Joice Berth e Sueli Carneiro destacam que o racismo e a discriminação são fatores centrais para compreender as disparidades no acesso a recursos, oportunidades e qualidade de vida, contribuindo para a reflexão sobre os processos de exclusão que agravam a situação de vulnerabilidade de determinadas populações.

Como parte do procedimento metodológico desta pesquisa foi realizado o mapeamento de produções acadêmicas sobre o tema central de estudo, identificando que o conceito de racismo ambiental, embora venha ganhando destaque, ainda é recente e pouco explorado nas produções acadêmicas, sobretudo em relação à sua manifestação no espaço urbano e aos impactos sobre populações em situação de vulnerabilidade. Inserida na área do conhecimento do Serviço Social, esta investigação se apresenta como uma contribuição relevante para as discussões sobre justiça social e ambiental, reforçando a importância de políticas públicas e intervenções profissionais que garantam acesso a um ambiente urbano saudável para todas e todos.

2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa consistiu no mapeamento de produções acadêmicas relacionadas ao tema central de estudo, abrangendo o período de 1º de dezembro de 2024 a 20 de março de 2025. A organização metodológica seguiu seis etapas, inspiradas na sistematização proposta por Fernandes, Gomes e Machado (2022), as quais compreendem: definição do tema de investigação; seleção das bases de dados de produção científica; definição dos descritores de busca; leitura flutuante do material localizado; identificação e seleção das fontes, com aplicação de critérios de inclusão e exclusão; e, por fim, sistematização, análise e considerações acerca do campo e do tema de pesquisa.

As bases de dados consultadas foram o Portal de Periódicos da CAPES, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, sendo utilizado inicialmente o descritor “Racismo Ambiental Urbano”. Complementarmente, foram incluídos dois periódicos específicos da área do Serviço Social, a Revista Temporalis, vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, e a Revista Sociedade em Debate, da Universidade Católica de Pelotas. Considerando a ausência de resultados com o descritor inicial, foi adotado também o descritor “Racismo Ambiental”.

Foram definidos como critérios de inclusão: pesquisas que tratassem do racismo ambiental urbano no Brasil; trabalhos publicados em língua portuguesa; e produções com publicação entre os anos de 2020 a 2025. Já os critérios de exclusão contemplaram artigos de revisão, materiais repetidos e publicações que não respondiam à problemática da pesquisa. Os resultados desse levantamento serão detalhados na seção seguinte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação dos procedimentos metodológicos descritos anteriormente, foi possível identificar e selecionar produções acadêmicas que dialogam diretamente com a temática investigada. Ao todo, foram identificados 18 trabalhos, dos quais 10 correspondem a artigos e 8 a dissertações, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Resumo quantitativo do Estado da Arte

Descritores	Portal de Periódicos da CAPES	Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Revista Temporalis	Revista Sociedade em Debate
“Racismo Ambiental Urbano”	09	04	04	0	0
“Racismo Ambiental”	-	-	-	1	-

Fonte: Próprio autor

Na construção do estado da arte, a seleção do material considerou, a partir dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, produções que discutem as desigualdades socioespaciais articuladas à dimensão racial, bem como sua interface com políticas públicas, planejamento urbano e gestão do espaço das cidades. Durante a etapa de busca, além dos trabalhos que compuseram a análise deste estudo, também foram encontrados materiais que abordavam outras dimensões relacionadas ao racismo ambiental, como a organização de movimentos de resistência em territórios periféricos, os efeitos da poluição e do descarte de resíduos sólidos, as práticas de educação ambiental e os processos de construção identitária de populações residentes em áreas socialmente marginalizadas.

Ao se restringir a análise às produções pertencentes à área de Serviço Social, constata-se que apenas 3 dos 18 trabalhos selecionados se inserem nesse campo. Esse dado reforça a necessidade de que pesquisadores e profissionais dessa área se dediquem à produção de estudos que promovam o direito à cidade, especialmente para as populações mais afetadas pelas injustiças ambientais.

Contudo, este estado da arte recorre a produções de distintas áreas do conhecimento para subsidiar a análise da temática, sua conceituação e os diferentes atravessamentos, incluindo campos como direito, geografia, arquitetura e urbanismo, psicologia e sociologia. Essa abordagem interdisciplinar é compreendida como a convergência de diversas expertises, com o propósito de elaborar uma síntese que possibilite uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa.

Neste sentido, Silva, D. R. D. (2023) evidencia que a desigualdade socioespacial e racial nas cidades faz com que populações negras e pardas sejam frequentemente deslocadas para áreas periféricas e de risco ambiental, como favelas e encostas, resultado de fatores históricos, sociais e econômicos, incluindo especulação imobiliária e segregação. De forma complementar, Silva (2024) analisa o racismo ambiental urbano em Recife (PE), destacando a vulnerabilidade das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a importância do movimento como resistência frente à precariedade habitacional e à omissão governamental. Ambos os estudos, utilizando metodologia de estudo de caso, reforçam a persistência da segregação e a necessidade de políticas públicas que enfrentem o racismo ambiental estrutural.

Na perspectiva do Serviço Social, Passos (2023) evidencia que as injustiças socioambientais devem ser compreendidas de forma integrada com as desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas, adotando abordagens decoloniais e críticas ao modelo capitalista vigente. Os estudos mostram que comunidades racialmente marginalizadas, incluindo negras, pardas e tradicionais, são desproporcionalmente afetadas por poluição, precariedade habitacional e falta de infraestrutura, impactando saúde e qualidade de vida. Esses resultados ressaltam a importância da produção de conhecimento local, como em Pelotas (RS), para subsidiar políticas públicas que promovam o direito à cidade, a igualdade racial e formas sustentáveis de ocupação urbana.

4. CONCLUSÕES

A análise do estado da arte sobre racismo ambiental urbano evidencia que, embora o conceito venha ganhando destaque nos debates acadêmicos, ainda é pouco explorado, especialmente no que se refere à sua manifestação no espaço urbano e aos impactos sobre populações em situação de vulnerabilidade. O levantamento das produções acadêmicas identificou 18 trabalhos relevantes, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, mas com uma participação ainda limitada da área do Serviço Social, o que aponta para a necessidade de aprofundamento de pesquisas que articulem justiça social, racial e ambiental.

Os estudos selecionados demonstram que as populações racialmente marginalizadas, historicamente deslocadas para áreas periféricas e de risco, enfrentam desigualdades estruturais que afetam diretamente seu acesso a um ambiente saudável. Nesse sentido, a investigação em desenvolvimento busca contribuir para a compreensão do racismo ambiental urbano em Pelotas, reforçando a importância de políticas públicas que garantam o direito à cidade, promovam igualdade racial e condições ambientais justas, alinhadas aos princípios do Serviço Social e à perspectiva crítica sobre a gestão urbana.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, G. C.; GOMES, H. R.; MACHADO, R. S. Revisão integrativa: procedimentos metodológicos e critérios de qualidade. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 9, n. 36, p. 382–394, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PASSOS, Amabile Maria de Moura. **"ESSE É O PALCO DA HISTÓRIA QUE POR MIM SERÁ CONTADA": racismo e injustiça ambiental nas cidades brasileiras**. 2023. 108 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/de6d93d3-b2f5-4570-af01-c42630a7d141>. Acesso em: 02/02/2025.

SILVA, D. R. D.. **Segregação Socioambiental e sua face racial em Florianópolis (SC)**. 2023. Dissertação (mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – FAED – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2023. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/8393/1_Disserta__o_Dinah_Dantas_docx_1683059525656_8393.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, Maysa Sabino da. **Racismo ambiental urbano: impactos da vulnerabilidade socioeconômica nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55592>. Acesso em: 20/02/2025.